



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150710 - MG (2021/0230502-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ALEX GARCIA DE PAULA (PRESO)
OUTRO NOME : ALEX DE PAULA GARCIA (PRESO)
ADVOGADO : MARCO AURELIO RODRIGUES DA CRUZ - MG163817
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALEX GARCIA DE PAULA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.109832-2/000).

O recorrente teve convertida a prisão em flagrante em preventiva, em razão da suposta prática dos delitos previstos no art. 180, *caput*, e no art. 304, *c/c* art. 297, *caput*, todos do Código Penal.

Sustenta que estão ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que as circunstâncias pessoais são favoráveis, uma vez que tem bons antecedentes, endereço no distrito da culpa, não se dedica a atividade criminosa e não integra organização criminosa, além do crime não ter sido cometido com emprego de violência e grave ameaça.

Requer, liminarmente, o restabelecimento de sua liberdade condicionada às medidas cautelares diversa da prisão (art. 319 do CPP). No mérito, pleiteia a confirmação da liminar, para que possa responder o processo em liberdade, expedindo-se o competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão até porque, do acórdão se extrai a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS–RECEPÇÃO DE USO DE DOCUMENTO FALSO –NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA –EXCEPCIONALIDADE–AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL –ALEGAÇÕES PERTINENTES AO MÉRITO –IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE–REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA –PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES NOS AUTOS –NECESSIDADE DE SE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA –CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS INSUFICIENTES. Estando devidamente justificada a não realização da audiência de custódia, em virtude da situação excepcional ocasionada pela pandemia de Covid-

19, deve ser afastada a apontada ilegalidade. Não é possível, na via estrita do habeas corpus, o confronto das provas para se aferir a inocência/tipicidade da condutado paciente, posto tratar-se de matéria de mérito que deve ser enfrentada na sentença, após regular instrução do processo. Existindo indícios de autoria e comprovada a materialidade, a prisão preventiva, medida de exceção, mostra-se necessária para garantir a ordem pública, principalmente, por se tratar de réu reincidente. Os atributos pessoais do paciente não podem prevalecer sobre a garantia da ordem pública.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência